

# "ASSENTAMENTOS E REASSENTAMENTOS: A RESISTÊNCIA CAMPONESA NO PONTAL DO PARANAPANEMA"

**Fernando José Xavier dos Santos<sup>1</sup>**  
**Armando Pereira Antonio<sup>2</sup>**

Objetivamos aqui entender a denominação-camponês, descrito por alguns autores ao longo dos processos históricos de luta e conquista do território brasileiro como MEDEIROS (1989). Entretanto, apoiamos em MARTINS (1981), OLVEIRA (1991) e TAVARES DOS SANTOS (1984), para descrever o campesinato brasileiro que encontram-se hoje.

A princípio para se entender este camponês descrito por esses autores, iremos fazer uma apreciação sobre dois pontos pertinentes nas nossas primeiras análises.

A primeira diz respeito a questão de assentamentos e reassentamentos, ou seja, como estes surgiram e continuam surgindo, observando qual o panorama político, cultural e social que estes tiveram a sua gênese. Já o segundo aspecto que chamou-nos a atenção diz respeito ao Pontal do Paranapanema a onde esses (re) assentamentos materializaram-se e especializaram-se, lembrando sempre que esta região ainda é foco de conflitos por grileiros-MST e Atingidos por Barragens, ficando aí a intervenção do Estado hora dos grileiros através do mesmo Estado, isto é, a máquina burocrática da corrupção, que ao longo do texto estaremos á esclarecer.

Para tanto, dividiremos o texto em algumas partes, sendo elas: um tratamento teórico sobre A Questão Fundiária Brasileira, embricando na mesma a questão sobre o Campesinato, levando-se em consideração a nossa- Região do Pontal do Paranapanema e a implantação desses (Re) Assentamentos, sendo que em última instância estaremos fazendo uma apreciação sobre a Resistência dessa classe nessa mesma região de conflitos.

## **ALGUMAS REFERÊNCIAS TEÓRICA**

### **A Questão Fundiária Brasileira e o Camponês**

Num primeiro momento, achamos pertinente destacarmos como ocorreu/ocorre os processos de luta por um pedaço de terra para se plantar-produzir e por conseguinte, a reprodução, levando-se em consideração a nossa história que descreve em suas entrelinhas o genocídio que os camponeses vem/são submetidos devido a penetração das relações capitalistas de produção.

As lutas dos trabalhadores rurais no Brasil iniciou-se ainda quando o Brasil era colônia de Portugal, na luta de escravos e fugas para escapar as opressões e maus tratos dos senhores, formando quilombos, onde a busca de liberdade faziam com que os mesmos apossassem de terras ainda virgens criando sua forma própria de organização econômica, social e política.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Geografia, FCT/UNESP, Pres. Prudente- Brasil

<sup>2</sup> Prof. Dr. do Departamento de Geografia, FCT/UNESP, Pres. Prudente- Brasil

Em meados do século passado, verificou-se na Zona da Mata a luta e revolta de homens livres e pobres, moradores em engenhos e fazendas, empregados e subempregados nas vilas do interior.

Nessa mesma época, faziam-se em São Paulo experiência com imigrantes europeus para a substituição de mão-de-obra nas lavouras de café, como é constatado o caso da Fazenda Ibiacaba- onde os colonos, parceiros revoltando-se contra os cálculos feitos pelo fazendeiro, relação café/cobrança de impostos- MEDEIROS, 1989.

Além disso, temos sucessivas greves de colonos requisitando melhoria de trabalho e menos atitudes arbitrarias por parte desses fazendeiros.

Também se encontram-se notícias de movimentos messiânicos que buscavam resolver situações de crise que afetava determinados grupos sociais.

Exemplos desses, temos Canudos- Antonio Conselheiro; Contestado (Fronteira do Paraná com Santa Catarina). Em grupos de pessoas seguidores desses padres ou beatos buscavam a Terra Prometida MEDEIROS, 1989.

OLIVEIRA, 1991 classifica as lutas no campo de acordo com alguns marcos essenciais para o entendimento da mesma, seguindo também a linha de raciocínio de MEDEIROS, 1989.

Cabia aos sindicatos conseguirem o reconhecimento do ministério do trabalho, isto é, a ele seria incumbido de fornecer a luta pelos direitos trabalhistas. Já as associações civis (ligas, missões, irmandades), tinham por incumbência de realizar Encontros Estaduais de Trabalhadores Rurais.

Os grupos políticos como- PCB Partido Comunista do Brasil-, criado em 1922, no fim da década de 40 possibilitou um avanço, constituindo-se como um pilar para a formação da Frente Democrática de Liberdade Nacional, aparecendo em seu programa o item "pela entrega da terra a quem nela trabalha", levantando com isso a bandeira da reforma agrária, onde este fato incentivou as ocupações de terras.

As lutas dos arrendatários, durante a década de 50, eram contra as altas taxas de arrendamentos, como o caso da Fazenda Santa Fé do Sul. Na cidade ocorria as lutas salariais, onde os trabalhadores urbanos requeriam seus direitos, tais como: carteiras profissionais; jornada de trabalho reduzida para oito horas semanais; férias remuneradas; horas extras; salário mínimo, décimo terceiro; etc.

Os dois últimos movimentos que merecem um destaque maior, não por ser melhores dos que os anteriores, mais por conseguir uma repercussão nacional e até internacional são as Ligas Camponesa que inicia-se á partir da segunda metade da década de 50 e estende-se até a década de 60, a qual foi abafada e sucumbida com a ditadura militar. As ligas camponesas são lutas de foreiros; moradores; arrendatários; pequenos proprietários, contra o grande proprietário cobrando-lhe o cambão em demasiadamente alto OLIVEIRA, 1991.

O outro movimento social que merece um destaque em nossas análises é o do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao qual acreditamos ser a continuação do primeiro, mais em um outro momento histórico, com uma outra conjuntura política em que encontrava-se o Brasil- década de 80.

Os anos 80 é marcado pela intensificação da luta pela terra dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas organizações, ganhando repercussão á partir da Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e dos Encontros Estaduais de

Trabalhadores. Cabe aqui ainda mencionarmos o apoio dado pela CPT- Comissão Pastoral da Terra.

Nesses anos, a experiência de greves vivenciadas pelos trabalhadores nas áreas de cana-de-açúcar do nordeste e da quantidade de obras faraônicas- construção de usinas hidroelétricas- faz com que a repercursão desses movimentos ganhe peso junto á políticos e ao Estado.

Os expulsos da terra pela construção de barragens- ribeirinhos i ilhéus- tendo suas terras de trabalho inundadas pelo capital- usina - e juntamente com outra parcela de excluídos do campo pelo fator da modernização da agricultura, acabam levantando mais uma vez a bandeira da Reforma Agrária.

A seguir iremos transpor a problemática da terra- Brasil-, para o Pontal do Paranapanema, local onde encontram-se os nossos objetos de estudos.

Contudo, achamos pertinentes ainda tecer algumas considerações sobre o camponês que estamos nos referindo-se, sendo que para OLIVEIRA, 1991:

"(...) a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois derivado dessas características que a família abre a possibilidade de contribuição muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mutua e a parceria aparecem com relações que garantem a complexidade das relações de produção camponesa. Porém, essa complexidade das relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a parti da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo" (OLIVEIRA, p. 56).

Para SILVEIRA,1990:

"A questão camponesa apresenta-se bastante complexa porque envolve uma classe de pequeno produtores rurais cuja a produção e a relação com a terra não se faz em bases especificamente capitalista. Estes ao mesmo tempo e contraditoriamente, estão ligados ao mercado, onde comercializam a sua produção e o setor financeiro, onde buscam o financiamento." (SILVEIRA, p 01)

Para aclarar essa situação sobre o camponês, onde este depende da sua produção e de capital para se reproduzir, portanto perpetuar-se e ainda levando-se em consideração a unidade produtiva a base familiar, tomemos a feliz apreciação feitas por MARTINS (1980: 59/60), onde o mesmo nos fala que:

"(...) nesse caso a reprodução da condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade do lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e o lavrador não recebem lucro. O s seu ganhos são ganhos do seu trabalho, e do trabalho de sua família e não ganhos de capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de capitalista sobre um trabalhador apropriado dos instrumentos do trabalho."

Par finalizar a questão sobre o campesinato brasileiro fiquemos com as palavras de TAVARES DOS SANTOS (1986: 69/70):

"(...) o camponês é personificado da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção- terra, objeto de trabalho e os outros meios de trabalho- e trabalha com esses meios de produção. Essa combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor; venderá seu produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo... Assim, a produção camponesa realiza o ciclo da mercadoria-dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender para comprar, culminando no ciclo da obtenção de valores-de-uso; a mercadoria é retirada da esfera do circulo e introduzida na esfera do consumo do camponês. O processo camponês vai estabelecer a essa lógica economia."

## **Considerações Finais Sobre o Camponês do Pontal do Paranapanema**

Ao tentarmos finalizar as nossa apreciações sobre a temática que nos propomos a estudar, cabe aqui a ressalva que os nossos procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa de gabinete e os trabalhos empíricos com aplicação de questionários e história de vida.

Em primeiro momento constatamos que:

- os camponeses do Pontal do Paranapanema são aqueles expropriados pelos grileiros-latifundiários e pelo Estado via CESP (Companhia Energética de São Paulo), onde as relações capitalistas de produção transformaram-se a partir da década de 80-agroindústrias e pecuária de corte.

Já em segundo momento, constatamos que:

-este camponês retorna ao campo, ora como bóia-frias- assalariando-se, ou ainda, agregando-se aos posseiros, meeiros, arrendatários, e dilacerando a hegemonia do latifúndio, através do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocupando e assentando-se em terras devolutas.

Vamos então aos dados comprovatórios.

-em um total de 46 assentamentos e reassentamentos realizados em São Paulo de 1980/1993, em diferentes municípios do mesmo (total de 46 municípios) tivemos 5.519 famílias assentadas, sendo um total de 103.648 hectares de terras apropriadas por esses camponeses através de ocupações ou por projetos de colonização/ e também por parcerias com outros órgão tais como: empresas particulares; CESP; FEPASA; ESTADO; CODASP; Grilo; Posse; SEAF; IBAMA e Prefeituras. É importante relatarmos também que o início desses conflitos no Estado de São Paulo, culminando em assentamentos (local definitivo de moradia), deu-se em Julho de 1980 á Agosto de 1994 FERNANDES, 1994.

Comcomitantemente a esse processo de assentamentos e reassentamentos no Estado de São Paulo, trataremos agora especificamente do Pontal do Paranapanema, que tiveram início em Agosto de 1967 á Julho de 1994, num total de 13 assentamentos em 13 municípios (o Pontal do Paranapanema ocupa uma área de 17.642 Km, representando 7,4% do território Paulista, compreendendo dezenove municípios, os chamados UNIPONTAL, ANTONIO, 1990), tendo assentado 2.758 famílias em 46.599,47 hectares em diferentes propriedades (INCRA; CESP; Governo; Acordo; Terras devolutas), onde ha constantes negociações por terras e melhorias para os camponeses. Ainda em 1995 encontramos 2 acampamentos, tendo seu início em Fevereiro 1994 estendendo-se até agora- Outubro de 1996-, com um total de 2.723 famílias assentadas ALMEIDA, 1996.

Outro momento também expressivo constatado por nos, é a luta dos atingidos por barragens no Pontal do Paranapanema, exigindo sua terra para plantar, onde esta foi encoberta pelo capital, ou seja, a expropriação do espaço de trabalho pelas águas do lagos da futuras hidroelétricas construídas nos rios Paraná e Paranapanema SANTOS, 1996.

Gostaríamos ainda de ressaltarmos que a classe camponesa que encontram-se no Pontal do Paranapanema são: ribeirinhos; ilhéus; posseiros; meeiros; (ex) bóias-frias, que hoje produzem o essencial para sua sobrevivência, caracterizada como produção familiar/camponesa.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- 1-**ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de.** Diferentes formas de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara. Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP- Presidente Prudente, 1996. (Dissertação de Mestrado em Geografia)
- 2-**ANTONIO, Armando Pereira.** O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: o exemplo da Alta Sorocabana no período de 1960/1990. FFLCH/USP. São Paulo, 1990 (Tese de Doutorado em Geografia)
- 3-**FERNANDES, Bernardo Mançano.** Espacialização e Territorialização da luta pela terra. A formação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. FFLCH/USP. São Paulo, 1994 (Dissertação de Mestrado em Geografia)
- 4-**LEITE, José Ferrari.** A ocupação do Pontal do Paranapanema. IPEA/UNESP- Presidente Prudente, 1981 (Tese de Livre-Docência)
- 5-**MARTINS, José de Souza.** Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984
- 6-**-----.** Expropriação e violência: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991
- 7-**OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.** A agricultura camponesa no Brasil. Contexto, São Paulo, 1991
- 8-**-----.** Geografia da lutas no campo. 5. ed. Contexto: São Paulo, 1991
- 9-**SANTOS, Fernando José Xavier.** Atingidos por Barragens: Reassentamento Laranjeiras. Relatório Final de Bolsa PIBIC/CNPq, 1996
- 10-**SILVEIRA, Fátima Rotundo da.** A recriação do campesinato. (Os camponeses na Região de Presidente Prudente). FFLCH/USP, São Paulo, 1990 (Tese de Doutorado em Geografia)
- 11-**TAVARES DOS SANTOS, José Vicente.** Os colonos do vinho: um estudo sobre a subordinação do camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.